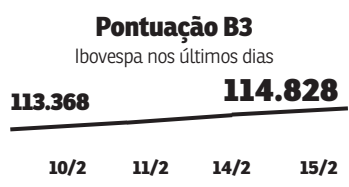
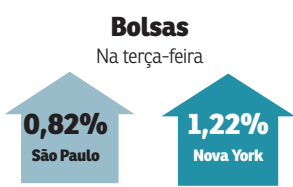




7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 16 de fevereiro de 2022



Salário mínimo
R\$ 1.212

Na terça-feira
R\$ 5,181
(-0,72%)

Dólar
Últimas cotações (em R\$)

9/fevereiro	5,227
10/fevereiro	5,242
11/fevereiro	5,242
14/fevereiro	5,218

Euro
Comercial, venda na terça-feira
R\$ 5,885

Capital de giro
Na terça-feira
6,76%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
10,95%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Setembro/2021	1,16
Outubro/2021	1,25
Novembro/2021	0,95
Dezembro/2021	0,73
Janeiro/2022	0,54

COMBUSTÍVEIS

Senado vota projetos para reduzir preços

Criação de conta de estabilização e mudanças no ICMS serão apreciadas hoje por senadores, sob desconfiança da Economia

» ROSANA HESSEL

O Senado Federal deverá votar, na tarde de hoje, dois projetos de lei com o objetivo de estabilizar os preços dos combustíveis. As modificações feitas pelo relator, o senador Jean Paul Prates (PT-RN), no entanto, desagradaram a equipe econômica e deixaram especialistas preocupados com as renúncias fiscais que podem levar ao descumprimento do teto de gastos.

As propostas em pauta são o Projeto de Lei Complementar (PLP) 11/2020, que muda a forma de cálculo do Imposto sobre Comercialização de Mercadorias e Serviços (ICMS) para um valor fixo em reais por litro, em vez do percentual sobre o preço médio, e o PL 1472/2021, que cria uma Conta de Estabilização dos Preços dos combustíveis (CEP).

O parlamentar apresentou, ontem, o substitutivo do PLP 11/2020, incluindo a gasolina junto ao diesel e ao biodiesel na proposta, mas retirou a obrigatoriedade de os estados adotarem a mudança no ICMS. Para a Conta de estabilização, ele indicou como fonte de recursos parte dos dividendos da Petrobras pagos à União e receitas extraordinárias com royalties do petróleo e com outorgas de leilões de petróleo e gás, além da emissão de créditos extraordinários.

Prates não incluiu a redução dos tributos federais — PIS-Cofins — sobre os combustíveis, como esperado pela Economia, e sugeriu que a pasta “encaminhe uma emenda” ao projeto. Segundo o senador, a calibragem ficará a cargo do Executivo. Ele estimou que, para reduzir R\$ 0,50 no preço da gasolina na refinaria, seria preciso um corte de R\$ 25 bilhões do tributo.

Auxílio-gás

O parlamentar ainda dobrou o número de beneficiários do auxílio-gás, para 11 milhões, gerando um custo adicional de R\$ 1,9 bilhão nas contas públicas e apontou os bônus de assinatura dos blocos de Sépia e Atapu, na Bacia de Santos, como fonte de receita.

Na avaliação do Ministério da Economia, o novo texto do PLP

11 “ficou pior do que o anterior”, aprovado pela Câmara em outubro do ano passado. A equipe econômica apontou como problemas a ampliação do vale-gás e a falta de inclusão do etanol. A pasta vinha defendendo esse projeto como alternativa às polêmicas PECs dos Combustíveis. Analistas avaliam que Prates acabou fazendo uma fusão dos projetos de lei com propostas que estavam na PEC dos Combustíveis do Senado.

O relator está otimista com a aprovação das duas propostas na votação de hoje, apesar de o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ter ampliado o prazo para a apresentação das emendas, que terminaria ontem à noite, até às 14h de hoje. Até o fechamento desta edição, apenas duas emendas ao PLP 11 haviam sido apresentadas.

Efeito

Gabriel Quintanilha, advogado e professor da FGV Direito Rio, criticou o fato de o PLP 11 não incluir o etanol, que é um dos vilões da alta do preço da gasolina. “Não adianta reduzir o ICMS da gasolina quando o etanol está na mistura em um percentual elevado”, alertou. “O que podemos ver é mais uma medida eleitoreira que não terá efeito muito efetivo na redução dos preços dos combustíveis”, alertou. “É preciso tirar a culpa da tributação. Ela não é a única culpada”, emendou.

O PLP 11 não agradava a estados e municípios porque, conforme estimativas da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), as perdas para os entes federativos somariam R\$ 32 bilhões por ano. O consultor da Febrafite Murilo Viana reconheceu que esse impacto será menor após Prates tornar a mudança do cálculo do ICMS facultativa. Contudo, disse que as contas não devem fechar para os benefícios, pois o senador sugeriu até a emissão de crédito suplementar. “A impressão é de um vale-tudo em ano eleitoral, que deverá piorar o resultado primário e aumentar o endividamento sem propostas de corte de gastos, como emendas parlamentares”, alertou.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Jean Paul Prates (PT-RN) incluiu a gasolina entre os produtos abrangidos



O que podemos ver é mais uma medida eleitoreira que não terá um efeito muito efetivo na redução dos preços dos combustíveis. É preciso tirar a culpa da tributação. Ela não é a única culpada”

Gabriel Quintanilha,
advogado e professor da FGV

Defasagem continua

Apesar da queda do dólar (veja ao lado), os preços dos combustíveis no Brasil continuam defasados em relação mercado internacional — entre 11% e 13%, no caso da gasolina, e em torno de 20%, no caso do diesel, de acordo com especialistas.

Mesmo com o recuo de 3% no preço do barril do petróleo, para US\$ 92, ontem, após a retirada parcial das tropas russas da fronteira com a Ucrânia, a tendência é de que o preço da commodity continue valorizado, dizem analistas.

Pelos cálculos do economista-chefe do Banco Original, Marco Antonio Caruso, considerando o barril do petróleo em US\$ 92 e o dólar em R\$ 5,16, a defasagem da gasolina caiu de 17%, na segunda-feira, para 11%, ontem. Para o diesel, a diferença passou de 21% para 19,5%.

“Houve um alívio na ponta, por conta da valorização cambial, mas o petróleo sobe entre 20% e 25% desde o início do ano e a queda do dólar é

bem menor, de 7,5%”, explicou. Na avaliação de Caruso, apesar da defasagem, a Petrobras deve esperar um pouco mais para anunciar um novo aumento para os combustíveis.

Com isso, os projetos de lei em debate no Senado buscando reduzir os preços podem não ser muito eficazes. Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), reconheceu que as propostas podem ajudar a evitar altas mais acentuada daqui para a frente.

Ele elogiou a iniciativa do senador Jean Paul Prates (PT-RN) de propor a cobrança monofásica do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na gasolina, no diesel e no biodiesel, evitando o impacto em cascata do tributo, mas alertou que o fundo de estabilização de preços é inoportuno. “Um projeto desses tem que ser discutido quando há maior estabilidade no valor dos combustíveis, o que não é o caso no momento”, destacou. (RH)

Dólar abaixo de R\$ 5,20

» GABRIELA CHABALGOITY*

A redução das tensões entre Rússia e Ucrânia fez o dólar cair abaixo de R\$ 5,20 pela primeira vez neste ano. Ontem, a moeda norte-americana recuou 0,74% e fechou o dia cotada a R\$ 5,180. Com o resultado, a divisa passou a acumular queda de 1,17% na semana, de 2,36% em fevereiro e de 7,08% em 2022.

O analista de investimentos da BeCapital Matheus Villar explicou que o clima de propensão ao risco, após a diminuição das tensões geopolíticas, impulsionou os mercados globais, inclusive o Ibovespa, que fechou em alta de 0,82%, aos 114.828 pontos, e apresentou boa evolução, mesmo com expressivas quedas nas cotações do petróleo e do minério de ferro. “Com juros futuros e dólar em baixa na sessão de hoje, empresas dos setores de consumo e tecnologia tiveram performance destacada”, disse.

“As sucessivas altas do Ibovespa, acompanhadas de uma consistente queda na cotação do dólar, simbolizam um ambiente mais leve, com os investidores mais atentos aos fundamentos corporativos do que aos ruídos políticos. A valorização do real tem se dado mesmo com o avanço dos rendimentos dos títulos de renda fixa do governo americano, muito por conta do movimento de elevação de juros iniciado em março de 2021 pelo Banco Central. Nos EUA, o Fed deve promover o primeiro aumento no mês que vem”, acrescentou Villar.

O economista Felipe Queiroz explicou ao **Correio** que alguns pontos do contexto atual brasileiro devem ser observados. “As ameaças de Bolsonaro às instituições democráticas contribuem para a alta do câmbio. Porém, elas vêm diminuindo. Além disso, a resistência do mercado financeiro a Lula, que está em primeiro lugar nas pesquisas eleitorais, é muito menor do que foi um dia. Tudo isso influencia no câmbio”, avaliou.

*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo

ELETOBRAS

TCU aprova primeira fase da privatização

» MICHELLE PORTELA

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou por seis votos a favor e um contrário a primeira fase do processo que analisa a privatização da Eletrobras. O governo anunciou que pretende realizar a operação de venda da estatal até maio, mas depende ainda do tribunal, que irá analisar um segundo processo que trata da reorganização societária e da precificação das ações da empresa.

Embora o TCU seja composto por nove integrantes, apenas sete

votaram. O ministro Bruno Dantas só votaria em caso de empate, o que não ocorreu. Ele substituiu a presidente da Corte, Ana Arraes, que está em férias.

O voto vencido foi o do ministro Vital do Rêgo, para quem o governo calculou erroneamente em R\$ 67 bilhões os valores relacionados à privatização da Eletrobras. Ele apontou falhas no cálculo do valor da privatização da estatal de energia, que deveria, segundo sustentou, ser vendida por R\$ 130,4 bilhões.

O processo foi iniciado em

2021, após a aprovação da medida provisória (MP) sobre o tema no Congresso Nacional. Entretanto, ficou suspenso por dois meses após pedido de vistas de Vital do Rêgo, que apresentou seu voto na segunda-feira.

A previsão do governo de fazer a desestatização da Eletrobras até maio depende da segunda etapa do processo no TCU, que trata da modelagem, do formato da capitalização, da reorganização societária e da precificação das ações.

A Corte decidiu separar as fases diante da complexidade da

operação. O modelo de privatização elaborado pelo governo prevê transformar a companhia em uma corporação, sem controlador definido. Seria feita uma capitalização da estatal, com o lançamento de novas ações. A União não exerceria o direito de compra e, com isso, teria sua participação diluída para menos de 50%, perdendo o controle da empresa.

Negociação

Do montante de R\$ 67 bilhões — que ainda podem ser revisados

pelo governo federal —, R\$ 25,3 bilhões serão pagos pela Eletrobras ao Tesouro Nacional pelas outorgas das usinas hidrelétricas. Outros R\$ 32 bilhões serão destinados a amortizar o valor das contas de luz a partir do próximo ano, por meio de fundos do setor elétrico, a Conta de Desenvolvimento Energética (CDE).

Outros R\$ 2,9 bilhões serão destinados para bancar a compra de combustíveis para a geração de energia na região Norte, onde há lugares não atendidos pelo sistema interligado

nacional. O restante servirá à revitalização de bacias hidrográficas do Rio São Francisco, de rios de Minas Gerais e de Goiás, além de projetos de geração de energia na Amazônia.

Na avaliação do governo, os termos debatidos pelo TCU não impedem a privatização da estatal, como temiam integrantes do Ministério da Economia e do Ministério de Minas e Energia. Para analistas de mercado, o valor de R\$ 67 bilhões já está alto, e qualquer reavaliação para cima pode inviabilizar o processo.